

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES E EXPECTATIVAS DOS ESTUDANTES SOBRE A MODALIDADE EJA

Janete Fernandes dos Santos ¹

Natan Severo de Sousa ²

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão educacional e social, assegurando o direito à escolarização a indivíduos que, por diversos motivos, tiveram suas trajetórias escolares interrompidas. Essa modalidade atende a uma parcela significativa da população brasileira. Contudo, os dados do Censo Escolar de 2022 revelam uma queda contínua no número de matrículas desde 2018, evidenciando desafios persistentes para a retenção e permanência desses alunos na escola. Diante desse cenário, é fundamental compreender as percepções, expectativas e aspirações dos alunos em relação à educação que recebem, bem como os fatores que influenciam sua permanência ou evasão escolar. Assim, esta pesquisa tem como objetivo investigar os motivos que levam os alunos da EJA a interromperem seus estudos, as razões que contribuem para o retorno escolar e suas perspectivas sobre a qualidade do ensino oferecido. Para isso, realizaremos um estudo de caso com uma abordagem qualitativa, com aplicação de questionários a alunos da EJA em turmas do Ensino Fundamental I e II. As discussões serão fundamentadas em teóricos como Di Pierro (2001), Gadotti e Romão (2005) e Ribeiro (2001), além da LDBEN e as Diretrizes Curriculares Nacionais. A pesquisa visa contribuir para o aprofundamento do debate acerca da EJA, propondo estratégias que promovam não apenas o acesso, mas também a permanência desses alunos no ambiente escolar.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos (EJA); Evasão escolar; Permanência; Qualidade do ensino.

¹ Graduanda em Letras-Português, Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), dossantos.janetef@gmail.com;

² Mestrando em Letras, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), natansb.letras@gmail.com



INTRODUÇÃO

Em um país marcado historicamente por desigualdades educacionais e altas taxas de evasão escolar, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) se configura como uma modalidade de ensino que desempenha um papel fundamental na garantia do direito à educação. Esse segmento promove a inclusão de jovens e adultos no sistema educacional e, de acordo com a LDBEN n.º 9.394/96, é destinado àqueles que não tiveram a oportunidade de iniciar ou concluir o Ensino Fundamental e Médio em idade considerada apropriada (BRASIL, 1996).

A EJA atende uma parcela significativa da população. Segundo o Censo Escolar de 2023, foram matriculados 2,5 milhões de estudantes na modalidade, sendo 1,5 milhão no Ensino Fundamental e 1 milhão no Ensino Médio³. Apesar dos números expressivos, a Educação de jovens e adultos vem enfrentando uma queda contínua no número de matrículas desde 2019. O *Resumo Técnico do Censo Escolar de 2023* aponta que o número de matrículas na EJA apresentou uma redução de 20,9% entre os anos de 2019 e 2023 (INEP, 2023, p. 42), revelando a fragilidade na modalidade.

De acordo com o dossiê *Em busca de saídas para a crise das políticas públicas de EJA*, elaborado pelo Movimento Educação pela Base, esse fato pode estar relacionado à redução de recursos financeiros nessa área de ensino. Embora tenha ocorrido um aumento nos investimentos durante o ano de 2022, esse montante, conforme destacado pelo próprio dossiê, corresponde apenas 3% do total aplicado há uma década anterior ao referido aumento⁴.

Além disso, o mesmo documento afirma que a queda acelerada no número de matrículas na modalidade também pode ser influenciada, em parte, pela fragilidade da valorização do direito à educação ao longo da vida adulta, além das dificuldades enfrentadas pela população para equilibrar os estudos com outras responsabilidades, como as exigências do trabalho e a família (Mansutti, 2002, p.17).

Discutir a educação voltada para esse público requer um olhar mais atento às características particulares dessa modalidade. Esses alunos possuem uma outra percepção de mundo, moldada por seus contextos social, familiar e de trabalho, que não pode ser ignorada durante todo o processo educativo. Como apontado nas Diretrizes Curriculares Nacionais

³<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-censo-escolar-2023>

⁴ Mansutti, M. A. (coord.). Em busca de saídas para a crise das políticas públicas de EJA. São Paulo: Movimento pela Base, 2022.



para a Educação de Jovens e Adultos, há nesse segmento a necessidade de reconhecer sua singularidade, além da diferença entre alunos da EJA e alunos do ensino regular.

Para esse segmento, as Diretrizes reforçam a necessidade de um modelo pedagógico que considere o perfil e a faixa etária dos alunos, visando garantir equidade e respeitar as diferenças. Isso inclui a distribuição dos componentes curriculares de forma a promover igualdade de oportunidades e o reconhecimento da alteridade dos estudantes, valorizando o desenvolvimento individual de conhecimentos e valores (BRASIL, 200, p. 17-18).

Nessas turmas encontramos, atualmente, indivíduos de diferentes contextos, faixas etárias e trajetórias escolares distintas. Cada estudante carrega consigo um conjunto de necessidades e perspectivas que são influenciados por sua história de vida, pelo contexto social em que está inserido e pelas condições materiais e emocionais que vivencia. Tal pluralidade reflete a importância de discutirmos a relação desses estudantes com a própria educação que recebem, para melhor compreendermos as motivações que os impulsionam ao retorno e permanência na escola.

Apesar de atender a uma parcela significativa da população brasileira, os dados do Censo Escolar de 2023 demonstram uma queda contínua no número de matrículas desde 2018, evidenciando desafios persistentes para a retenção e permanência desses alunos. Quanto ao número de turmas, em comparação aos dados de 2012, os dados do Censo Escolar revelam queda de aproximadamente 20% no número de turmas. Tal situação contribui para a diminuição da oferta de ensino da modalidade.

A frequência e a permanência dos alunos na EJA é um dos grandes desafios encontrados na modalidade. Apesar dos esforços para garantir o acesso à educação, a realidade é que muitos estudantes desistem antes mesmo de concluir as etapas nas quais se matricularam, resultando, geralmente, no fechamento de turmas e na diminuição da oferta dessa modalidade de ensino. Comparando os dados do Censo Escolar, em 2012 o Brasil registrava 149.322 turmas, enquanto em 2023 esse número caiu para 119.322, evidenciando uma diminuição considerável⁵.

⁵ SIQUEIRA, Isabella. Edição de Marta Avancini. Educação de Jovens e Adultos: evasão e queda de investimento são pontos de atenção na cobertura: Com histórico de fechamento de turmas, queda de matrículas e corte de investimento, novo Pacto lançado pelo MEC promete superar o analfabetismo e ampliar escolaridade de jovens e adultos. Disponível em: <https://jeduca.org.br/noticia/educacao-de-jovens-e-adultos-evasao-e-queda-de-investimento-sao-pontos-de-atencao-na-cobertura>. 24/04/2024. Atualizado em 07/06/2024. Acesso em: 11/02/2025



Nesse contexto, é necessário refletirmos acerca dos fatores que contribuem para a evasão escolar e quais estratégias podem ser adotadas para manter os estudantes envolvidos no processo educativo, e que possam concluir seus estudos.

Se, por um lado, a EJA representa uma segunda chance de escolarização, por outro lado, é necessário questionar se o modelo educacional adotado realmente atende às suas expectativas e necessidades. Nesse sentido, esta pesquisa busca responder à seguinte questão: Quais são as expectativas e aspirações dos alunos da EJA em relação à educação que recebem, e como essas percepções impactam sua permanência e participação no processo de ensino-aprendizagem?

Como objetivo principal, a pesquisa busca discutir as expectativas e aspirações dos alunos da EJA nos Ciclos I e II em relação à educação que recebem. Para isso, nos propúnhamos a investigar os motivos que levaram os alunos a interromper sua trajetória escolar e/ou a aderir à modalidade da Educação de Jovens e Adultos, assim como as razões que os trouxeram a retornar aos estudos e suas expectativas em relação à EJA; analisar como esses alunos percebem o ensino que recebem, identificando desafios e aspectos positivos do modelo pedagógico adotado; identificar se os alunos pretendem concluir os estudos e quais são seus planos futuros após a escolarização.

Embora a EJA tenha um papel fundamental na democratização do ensino, ainda enfrenta desafios relacionados à evasão escolar e à adequação curricular. Diante disso, a pesquisa se mostra relevante, pois as reflexões que aqui serão apresentadas podem contribuir. A relevância desta pesquisa está em aprofundar a compreensão sobre as perspectivas dos alunos da EJA e os fatores que influenciam sua permanência ou evasão no contexto escolar. Este estudo se justifica, portanto, pela necessidade de aprofundar o debate acerca da qualidade da EJA, visando meios que busquem não apenas o acesso, mas também a permanência desses alunos no ambiente escolar.

A pesquisa será de abordagem qualitativa, utilizando entrevistas aplicadas a alunos da EJA no Ensino Fundamental anos iniciais e anos finais para a coleta do material que será analisado. A análise dos dados será realizada com base nas respostas dos alunos, considerando suas percepções sobre a educação que recebem, permitindo identificar desafios e possibilidades, visando o aprimoramento da modalidade.

A discussão será baseada em referenciais teóricos que abordam a Educação de Jovens e Adultos, considerando seu papel na inclusão educacional e na democratização do



ensino. Utilizaremos Gadotti e Romão (2005), Ribeiro (2001), Andrade (2004) e Di Pierro (2001) para discutirmos os sujeitos que constitui a modalidade. Além disso, serão apresentadas diretrizes e legislações que orientam a EJA, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e as Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como estudos acadêmicos que discutem as expectativas e desafios enfrentados pelos alunos dessa modalidade.

A EXCLUSÃO EDUCACIONAL E O SUJEITO DA EJA

A exclusão educacional vivenciada por indivíduos da EJA, ao longo dos anos, deve ser reconhecida como uma situação para além da falta do acesso à escola. Trata-se de um sistema de exclusão que inclui não apenas as desigualdades no âmbito escolar, mas também as desigualdades sociais, que marcam a realidade de seus alunos. Arroyo (2005) ressalta que, desde a origem da EJA, seu público continua sendo majoritariamente composto por pessoas em situação de vulnerabilidade, uma vez que “[...] desde que a EJA é EJA, os jovens e adultos são os mesmos: pobres, desempregados, vivem da economia informal, negros, vivem nos limites da sobrevivência” (Arroyo, 2005, p. 29).

Há uma complexidade na relação entre o cenário educacional e social desses estudantes, pois, um ocorre em consequência do outro e, portanto, estão interligados e se alimentam mutuamente. Como ressaltam Bezerra e Santana (2011), a exclusão, nesse contexto, não ocorre por escolhas individuais, mas por condicionantes socioeconômicos que dificultam o acesso à Educação Básica. Por não se tratar de um fenômeno isolado, a exclusão escolar é um reflexo das condições históricas de exclusão, perpetuadas por um sistema que privilegia poucos em detrimento de muitos.

A luta contra esse tipo de exclusão, portanto, não deve se restringir à oferta de ensino formal, mas deve estar atrelada a políticas públicas que combatam as desigualdades sociais e ofereçam melhores condições para que esses alunos possam permanecer na escola e concluir sua formação. Conforme Gadotti e Romão (2005), “O analfabetismo é a expressão da pobreza, consequência inevitável de uma estrutura social injusta. Seria ingênuo combatê-lo sem combater suas causas” (Gadotti; Romão, 2005, p.28).

Ribeiro (2001) argumenta que a alfabetização de adultos assume um papel político fundamental, pois se relaciona diretamente com processos de inclusão social. A ausência de



escolarização formal não apenas limita o acesso a melhores condições de trabalho, mas também restringe a participação cidadã, perpetuando a marginalização de determinados grupos.

Ao ingressarem na EJA, muitos alunos enfrentam desafios que vão além do conteúdo aplicado na sala de aula. Andrade (2004) destaca que, ao retornarem à escola, esses indivíduos frequentemente se deparam com sentimentos de fracasso e desmotivação, especialmente quando a educação que lhes é oferecida não dialoga com suas experiências de vida e necessidades concretas. Esse desencontro entre a proposta pedagógica e a realidade do estudante pode gerar desinteresse e evasão, reforçando o ciclo da exclusão.

Muitos alunos já estão inseridos no mundo do trabalho, ainda que em condições precárias, enquanto outros buscam oportunidades de inserção. Portanto, cabe aos sistemas educacionais garantir uma oferta adequada e específica para essa população, assegurando o direito à escolarização por meio de oportunidades apropriadas. (BRASIL, 2000).

Nesse sentido, Gadotti (1979, p. 85) reforça a necessidade de uma educação que combata a exclusão em suas diversas formas, promovendo um ensino que respeite a diversidade racial, cultural, social e de gênero. Para que isso aconteça, o educador precisa conhecer profundamente a realidade de seus alunos, pois somente dessa forma será possível construir uma educação que esteja realmente voltada para as necessidades desse segmento.

DIREITO À EDUCAÇÃO: INCLUSÃO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

As discussões sobre o direito à educação no Brasil têm ganhado maior relevância ao longo das últimas décadas, especialmente no que se refere não somente à garantia de acesso, mas também à permanência escolar. Apesar de serem conceitos interdependentes, o tema da permanência, em particular, permanece subexplorado em muitas pesquisas acadêmicas.

Nesse contexto, Carmo e Carmo (2014) levantam uma reflexão crítica sobre o desinteresse acadêmico em abordar a permanência escolar de forma mais específica, questionando como essa lacuna teórica e prática contrasta com a ampla atenção dada à evasão escolar, mesmo que esta não seja mencionada na LDBEN:

[...] por que são encontrados tão poucos estudos exclusivos sobre a permanência escolar, se desde a LDBEN n. 9394 de 1996, em seu Art. 3º Inciso I, ela está legitimada institucionalmente pelo ‘princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola’? E na direção contrária, por



que tantos trabalhos popularizaram a expressão ‘acesso e permanência na escola’ como se fosse uma palavra composta de significado único, sem dar visibilidade especificamente à permanência? E finalmente, porque a visibilidade dessa expressão não interessou a academia por mais de uma década (após 1996) e a da evasão escolar sim, se esta última não consta em qualquer artigo da LDBEN vigente? (CARMO; CARMO, 2014, p. 3).

A permanência dos estudantes da EJA é um dos desafios mais persistentes e preocupantes na modalidade. Conforme aponta Mileto (2009), a desistência das aulas antes de concluir sua escolaridade é uma característica marcante dessa modalidade de ensino, refletindo não apenas a fragilidade do sistema, mas também as condições socioeconômicas e emocionais dos estudantes.

Os fatores que contribuem para que o aluno da EJA desista de concluir sua trajetória escolar podem ser diversos e estar diretamente relacionados às condições de vida e aos desafios cotidianos que os alunos enfrentam. Para que o aluno frequente a escola e se envolva efetivamente no processo educativo, esses fatores externos ao ambiente escolar precisam ser levados em consideração, pois impactam a forma como se relacionam com a própria educação. Segundo Reis (2018, p. 263),

[...] a mobilização dos sujeitos em relação aos estudos é uma questão complexa. Envolve, dentre outros aspectos, suas expectativas em relação ao mundo, à vida; a atribuição ou não de sentidos à atividade intelectual; a possibilidade de delinear ou não projetos de futuro; à percepção do aprender na escola como fortalecimento ou depreciação da imagem de si; a energia despendida para sobreviver a determinadas condições sociais e relações estabelecidas na escola [...] Todas essas questões podem interferir na disponibilidade de investimento nos estudos.

Para que o direito à educação seja efetivado na modalidade, devemos pensar para além do acesso à escola, pois somente a oferta de vagas não assegura uma experiência educacional de qualidade. Esse processo envolve a construção de experiências que valorize, respeite e, principalmente, que motive os alunos a permanecerem e concluírem suas trajetórias escolares.



ANÁLISES E RESULTADOS

Para obter os resultados da pesquisa, foi aplicado um questionário contendo 21 questões para 15 alunos, pertencentes aos ciclos I (7 alunos) e II (8 alunos). as questões abordavam temas como as motivações para voltar à escola, experiência dos alunos na modalidade, expectativas para o futuro, além de perguntas para obter informações sobre o contexto pessoal e social.

Por dificuldades para ter acesso às turmas da EJA, o professor ficou responsável por distribuir e recolher os questionários. Nem todos os alunos responderam, e nem todas as respostas foram contempladas.

As respostas dos alunos da EJA revelaram perfis diversos, como esperado, mas com pontos em comuns que permitem discutir questões estruturais e pedagógicas relevantes. A maioria dos estudantes é adulta, com idades entre 29 e 55 anos, e a maioria frequenta a 3^a/4^a série. A maioria está na faixa de 45–52 anos, mostrando que a EJA atende, principalmente em séries iniciais, adultos que interromperam os estudos há muito tempo. A maioria dos estudantes é composta por mulheres, o que reflete a trajetória histórica do sistema educacional, que por muito tempo excluiu esse grupo de seus espaços, principalmente da educação formal.

Muitos interromperam os estudos há anos, seja por dificuldades de aprendizagem, necessidade de trabalhar desde jovem, responsabilidades familiares ou situações pessoais complexas. Essas trajetórias evidenciam falhas do sistema educacional regular, que não conseguiu acompanhar esses alunos adequadamente, prevenindo a evasão escolar e as lacunas acumuladas na alfabetização e em outras disciplinas básicas.

As motivações para o retorno à escola são majoritariamente internas, ligadas à vontade de aprender, à necessidade de autonomia e ao desejo de crescimento pessoal e profissional. Muitos alunos relatam que o apoio da família ou de pessoas próximas foi determinante para a retomada dos estudos, funcionando também como fator de permanência.

Em termos de experiência escolar, os alunos relatam satisfação com o ambiente e mencionam o acolhimento dos professores, a paciência e as atividades realizadas em sala de aula. Pequenas conquistas, como aprender a ler uma palavra, escrever um bilhete ou interpretar um documento, têm grande impacto emocional e fortalecem a autoestima, segundo algumas respostas. Apesar disso, persistem dificuldades significativas, principalmente



relacionadas à conciliação entre trabalho, família e estudo, bem como lacunas de aprendizagem que foram criadas no histórico de estudo desses alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A permanência dos alunos, como apontam diversos estudos, não se sustenta apenas pelo desejo de aprender, mas pela existência de políticas institucionais que acolham suas especificidades. Muitos estudantes da EJA enfrentam condições de vida marcadas por precariedade socioeconômica, jornadas de trabalho extensas e responsabilidades familiares. Nesse contexto, a continuidade dos estudos exige um esforço individual que nem sempre é acompanhado pelo suporte necessário das próprias instituições de ensino. Assim, sem o apoio necessário para seus estudantes, o risco de evasão permanece elevado, reproduzindo desigualdades que a própria EJA se propõe a combater.

As expectativas dos alunos expressam um desejo verdadeiro de transformação, pois buscam a conclusão da educação básica, o aprimoramento das habilidades de leitura, escrita e interpretação, e a ampliação das oportunidades de inserção no mundo do trabalho e na vida cidadã. Para muitos, a EJA representa uma segunda chance, não apenas de escolarização, mas de reconhecimento e valorização de suas histórias e saberes. Todavia, o impacto dessa modalidade de ensino ainda depende da capacidade institucional de transformar o aprendizado em oportunidades reais de desenvolvimento pessoal, social e profissional.

Apesar de promover mudanças significativas na autoestima, na autoconfiança e na percepção de pertencimento dos alunos, a modalidade ainda enfrenta o desafio de tornar essas conquistas em resultados concretos. O potencial emancipador da EJA torna-se, portanto, limitado quando as práticas e métodos de ensino permanecem distantes da realidade dos educandos e quando as políticas públicas não garantem as condições adequadas para seu funcionamento, infraestrutura e, principalmente uma formação docente que contemple o que a modalidade exige. É imprescindível, desta forma, que as ações voltadas à EJA ultrapassem o caráter compensatório e se consolidem como políticas de educação ao longo da vida.

O contexto pessoal e social dos estudantes revela, ainda, a necessidade de repensar as metodologias adotadas. A EJA precisa evoluir para um modelo pedagógico que reconheça e integre os saberes construídos fora da escola, valorizando as experiências profissionais, familiares e comunitárias dos alunos. A aprendizagem deve dialogar com a realidade cotidiana dos sujeitos, tornando-se significativa e contextualizada. Isso implica a adoção de



estratégias flexíveis, o uso de materiais didáticos adaptados e a implementação de práticas que favoreçam o protagonismo dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem.

Outro aspecto fundamental diz respeito à formação dos educadores que atuam na EJA. É essencial que esses profissionais estejam preparados para lidar com a diversidade de perfis, ritmos e expectativas dos alunos, desenvolvendo competências socioemocionais e metodológicas capazes de promover um ambiente de aprendizagem que seja acolhedor e inclusivo. A formação continuada deve abordar não apenas conteúdos pedagógicos, mas também questões de gênero, raça, classe e geração, reconhecendo as múltiplas dimensões resultantes da exclusão educacional.

Por fim, as considerações aqui apresentadas reforçam que a EJA, embora represente um importante instrumento de democratização do acesso à educação, ainda carece de reconhecimento político e institucional compatível com sua relevância social. Somente assim será possível construir um modelo de EJA que não dependa unicamente da resistência e da motivação dos sujeitos que a ela compõem, mas que ofereça, de fato, as condições necessárias para o aprendizado, a emancipação e a transformação social.



REFERÊNCIAS

ANDRADE, E. R. Os jovens da EJA e a EJA dos jovens. In: OLIVEIRA, I. B; PAIVA, J. (orgs.), Educação de jovens e adultos. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

ARROYO, Miguel Gonzáles. Currículo, território em disputa. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

BARRETO, Vera. Trabalhando com a educação de jovens e adultos: alunas e alunos da EJA. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja_caderno1.pdf . Acesso em 30 jan 2025.

BEZERRA, G. F.; SANTANA, M. S. R. A educação de jovens e adultos: notas históricas e proposições críticas. Interfaces da Educação, v. 2, n. 5, p. 93-103, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB Nº. 11 Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, MEC, 2000.

CARMO, G. T.; CARMO, C. T. A permanência escolar na Educação de Jovens e Adultos: proposta de categorização discursiva a partir das pesquisas de 1998 a 2012 no Brasil. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, v. 63, n. 22, 2014

GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas. 8 ed. Série Educação: São Paulo, 1979.

MANSUTTI, M. A. (coord.). Em busca de saídas para a crise das políticas públicas de EJA. São Paulo: Movimento pela Base, 2022.

MILETO, L. F. M. "No mesmo barco, dando força, um ajuda o outro a não desistir" - Estratégias e trajetórias de permanência na Educação de Jovens e Adultos. 2009. 216 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

REIS, R. O tempo de aprender na escola para aqueles/as que não têm “tempo a perder”. Revista Brasileira de Educação Jovens e Adultos, v. 6, 2018.

SIQUEIRA, Isabella. Edição de Marta Avancini. Educação de Jovens e Adultos: evasão e queda de investimento são pontos de atenção na cobertura: Com histórico de fechamento de turmas, queda de matrículas e corte de investimento, novo Pacto lançado pelo MEC promete superar o analfabetismo e ampliar escolaridade de jovens e adultos. Disponível em: <https://jeduca.org.br/noticia/educacao-de-jovens-e-adultos-evasao-e-queda-de-investimento-sao-pontos-de-atencao-na-cobertura>. 24/04/2024. Atualizado em 07/06/2024. Acesso em: 11/02/2025

